

Monografia de Graduação em Ciências Econômicas: João Paulo Soares Pinto

**TEORIA DOS CICLOS POLÍTICOS: ANÁLISE DO CASO DOS MUNICÍPIOS
CAPIXABAS DURANTE O PERÍODO DE 2013-2020**

**VITÓRIA
2025**

HIAGO DO CRUZEIRO DA SILVA

**TEORIA DOS CICLOS POLÍTICOS: ANÁLISE DO CASO DOS MUNICÍPIOS
CAPIXABAS DURANTE O PERÍODO DE 2013-2020**

**VITÓRIA
2025**

RESUMO

Esta monografia investiga a influência dos ciclos políticos e da ideologia partidária nas decisões fiscais dos municípios do Espírito Santo entre 2013 e 2020. Inicialmente, realiza-se uma revisão bibliográfica da literatura sobre o tema, destacando os principais modelos e artigos. Em seguida, utiliza-se uma análise quantitativa econométrica, com estimação via GMM-System. Os dados compreendem informações fiscais municipais (Despesas Empenhadas, Despesas de Capital e Despesas Correntes, Transferências do Governo), dados eleitorais (identificação de anos eleitorais e prefeitos em primeiro mandato, filiação partidária dos prefeitos eleitos) e variáveis demográficas (população, número de matriculados em escolas e creches e número de aposentados). Os resultados empíricos questionam a ocorrência de ciclos eleitorais oportunistas, sugerindo que a Lei de Responsabilidade Fiscal e a experiência do eleitorado capixaba atenuam o comportamento discricionário dos gestores públicos. Contudo, a ideologia partidária mostra-se relevante, com municípios de esquerda apresentando padrões de gasto distintos em relação aos municípios de direita. Esses achados oferecem insights valiosos sobre a dinâmica político-orçamentária municipal e suas implicações para a accountability democrática.

Palavras-chave: Ciclos Político; GMM-System; Espírito Santo.

ABSTRACT

This thesis investigates the influence of political cycles and party ideology on fiscal decisions in municipalities of Espírito Santo, Brazil, between 2013 and 2020. It begins with a literature review of the topic, highlighting key models and articles. Subsequently, a quantitative econometric analysis is performed using the GMM-System estimator. The data comprises municipal fiscal information (Committed Expenses, Capital Expenses, and Current Expenses), electoral data (identification of election years and first-term mayors, party affiliation of elected mayors), and demographic variables (population, number of students enrolled in schools and daycare centers, and number of retirees). The empirical results question the occurrence of opportunistic electoral cycles, suggesting that the Fiscal Responsibility Law and the experience of the Espírito Santo electorate attenuate the discretionary behavior of public managers. However, party ideology proves relevant, with left-wing municipalities exhibiting distinct spending patterns compared to right-wing municipalities. These findings offer valuable insights into the municipal political-budgetary dynamics and their implications for democratic accountability.

Keywords: Political Business Cycle; GMM-System; Espírito Santo.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	5
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	7
3. METODOLOGIA	9
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	12
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
REFERÊNCIAS	22

1 INTRODUÇÃO

Durante o período inicial da chamada “economia política”, tem-se que a literatura relacionada à economia política era totalmente ocupada por temas microeconômicos, principalmente relacionados à mercados. As relações de poderes proporcionadas pela existência de democracia liberal e sua predominância na maior parte do mundo acabavam se secundarizando, quando não ignoradas. No mais, quando considerada, as forças políticas e suas motivações eram tratadas de maneira ingênua, desconsiderando a real motivação dos partidos políticos e o real interesse dos eleitores.

Partindo da escassez de análises capazes de tomar conta dessa conjuntura, Nordhaus (1975) advém com o primeiro modelo de ciclos políticos. Em suas próprias palavras, Nordhaus argumenta que a teoria dos ciclos políticos “nasce do fato óbvio que os eleitores se importam pela economia enquanto que os políticos se importam pelo poder” (NORDHAUS, 1989, p. 1, tradução própria). No modelo em questão, posteriormente denominado de “modelo oportunista”, ainda preliminar na literatura da área, Nordhaus prevê, utilizando a análise da curva de Phillips (trade-off entre emprego e inflação), que os políticos utilizam do arcabouço fiscal e monetário a eles disponíveis para expandirem as variáveis econômicas de emprego e produto no período imediatamente pré-eleitoral. Após as eleições, conforme a curva de Phillips, os índices que dão conta da estabilidade monetária seriam deteriorados, com o aumento da inflação.

No período posterior à publicação do artigo de Nordhaus, Hibbs (1977) avança na literatura e introduz um novo modelo com foco diferente do modelo oportunista. O modelo de Hibbs ficou conhecido como modelo “partidário”, pois propõe que os ciclos políticos são ditados pela ideologia dos partidos incumbentes. Os partidos aqui estão interessados em se perpetuar no poder, mas diferentemente do modelo “oportunista”, de Nordhaus, os partidos consideram sobretudo sua base de apoiadores. Assim, partidos de direita estão preocupados principalmente no controle inflacionário, dado que essas são as preferências da sua base de eleitores. Os partidos de esquerda estão, por sua vez, preocupados sobretudo com os níveis de emprego e produto, secundarizando o controle inflacionário.

Assim, este trabalho se propõe a entender se a teoria dos ciclos políticos econômicos supracitada é verificada na conjuntura dos 78 municípios capixabas no período de 2013 a 2020. O estado do Espírito Santo tem 78 municípios, com tamanhos e populações diversas. No geral, tem-se que o Estado pode ser considerado desenvolvido, com bons indicadores de crescimento e de desenvolvimento, tendo resultados econômicos excelentes nas últimas décadas, principalmente quando comparado com o desenvolvimento nacional das últimas 5 décadas (Caçador e Grassi, 2009)

Dessa forma, testando a hipótese do modelo de Nordhaus, conseguiremos entender as variações e flutuações das variáveis fiscais e sua relação com o processo eleitoral. E outrossim, poderemos analisar de que maneira os partidos políticos interferem na tomada de decisão orçamentária ao serem confrontados com o período eleitoral. À depender dos resultados, conseguiremos comparar o modelo partidário com o modelo oportunista e perceber qual consegue explicar mais plenamente a dinâmica política capixaba, oferecendo valiosos insights para os eleitores e policy-makers, aumentando o ferramental necessário para punição de políticas detrimenais à ordem e estabilidade econômica. Dessa forma, conseguiremos também inferir valiosas conclusões a respeito da democracia capixaba, e de que maneira o estado atual de desenvolvimento afeta na maneira com que os políticos usam do maquinário eleitoral para sua autopromoção. Ademais, o teste das hipóteses dos modelos supracitados a níveis de governo locais pode ser aplicável de maneira mais eficiente em comparação com o teste em governos nacionais, conforme sugerido por Veiga e Veiga (2007).

Os resultados empíricos desta monografia, obtidos por meio da aplicação do estimador GMM SYSTEM levantam dúvidas sobre a influência do ciclo eleitoral sobre as despesas per capita dos municípios capixabas, com resultados que contradizem os principais pressupostos da literatura tradicional da área. Adicionalmente, a análise indica que a ideologia política dos partidos também desempenha um papel relevante, com municípios governados por partidos de esquerda apresentando padrões de gasto distintos em comparação com municípios de direita. Esses achados, como será detalhado nas seções seguintes, oferecem valiosos insights sobre a dinâmica política-orçamentária municipal capixaba e suas implicações para a gestão pública e a accountability democrática.

Para além da introdução, a presente monografia está estruturada da seguinte forma: A seção 2 apresenta a fundamentação teórica da monografia, com revisão teórica da literatura clássica do tema e outras aplicações empíricas anteriores. A terceira seção detalha a metodologia econométrica empreitada, com a descrição dos dados, suas fontes e razões, bem como breve explicação teórica do modelo GMM-System. A quarta seção será destinada à apresentação dos resultados encontrados, além da discussão de seus significados à luz, é claro, da teoria anteriormente apresentada; para além disso, discutiremos o contexto institucional político e eleitoral e de que maneira conseguimos detectar sua influência sobre os resultados. Por último, a quinta seção servirá para concluir o trabalho, resumindo os principais resultados e discussões, e sinalizando possíveis desdobramentos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A literatura econômica dedicada a entender a relação entre as motivações políticas de um governante e o resultado das variáveis macroeconômicas teve seu início recentemente, no ano de 1975. William Nordhaus, em seu clássico “The political business cycle”, se baseou na hipótese que os governantes não agiriam exclusivamente com a intenção de maximizar o bem-estar social, mas tinham incentivos fortes para agir de maneira discricionária, fazendo política monetária e fiscal expansionista, a fim de aumentar suas chances de reeleição e se manter no poder. Desde então, diversos outros economistas relevantes lançaram artigos partindo desse mesmo pressuposto.

No artigo de Nordhaus, os ciclos das variáveis econômicas, baseado na sua análise da curva de Phillips, eram dados pelas regras do jogo eleitoral. Assim, no ano eleitoral as variáveis de produto e emprego aumentavam, fruto da manipulação dos governantes para sinalizar virtudes e competência. Nos anos imediatamente posteriores às eleições, era pago o preço por esse boom econômico, com aumento da inflação, conforme previsto pela curva de Phillips.

Contrariamente, Hibbs (1977) escreve sobre a mesma temática, mas com ponderações diferentes. Em seu modelo, as flutuações das variáveis macroeconômicas eram definidas pela ideologia dos partidos. Assim, os partidos com tendências de esquerda estariam dispostos a arcar com os custos da instabilidade inflacionária em favor de um aumento do emprego e produto. No modelo de Hibbs, os partidos almejam a maximização dos resultados políticos, mas o faz considerando os interesses econômicos da sua base de apoiadores. Assim, Hibbs (1977) explica que “uma configuração macroeconômica de baixo índices de desemprego acompanhadas de uma alta inflacionária está associada com uma melhora do bem-estar dos pobres e, em geral, consegue exercer fortes efeitos de diminuição da desigualdade distributiva e de renda per-capita” (HIBBS, 1977, p. 1468. tradução própria). Assume-se que a população mais pobre é, na maior parte, base de apoio dos partidos de esquerda, e por isso esses partidos têm forte interesse em executar políticas fiscais e monetárias expansivas. O oposto também é verdadeiro, com as classes sociais mais altas sendo mais avessas à inflação que o desemprego. Logo, os partidos de direita, normalmente associados à essas classes, estão mais dispostos a fazerem políticas monetárias e fiscais contracionistas, a fim de manter a estabilidade monetária e controlar a demanda.

Com o avanço da ciência e o advento das expectativas racionais, o arcabouço teórico das expectativas adaptativas, utilizado anteriormente para basear os modelos de Nordhaus e Hibbs, acabou datando, o que abriu espaço para correções e atualizações. O modelo de Nordhaus acabou sendo atualizado em coordenação com as expectativas racionais por

Rogoff e Sibert (1988). No modelo inicial de Nordhaus, os eleitores são caracterizados como míopes, que analisam principalmente os anos imediatamente anteriores às eleições para tomar suas decisões eleitorais e que, portanto, poderiam ser ludibriados e alienados pelos políticos incumbentes, o que proporciona os incentivos para os governantes fazerem as políticas expansionistas previamente explicitadas. Com a inclusão da hipótese dos eleitores racionais, Rogoff e Sibert (1988) apontam que ainda é cabível a existência dos ciclos políticos, mas explicados pela assimetria de informação entre eleitores e governantes. Com efeito, os governantes usavam dos gastos públicos para sinalizar competência nos períodos eleitorais, o que acarretaria em um contexto inflacionário nos períodos subsequentes às eleições. Outro desdobramento importante dessa conjuntura é a constatação de que os governantes poderiam usar os gastos públicos de maneira mais estratégica, preferindo áreas que seriam mais visíveis para o eleitorado, potencializando o poder de sinalização desses gastos.

Seguindo dinâmica semelhante ao modelo oportunista, o avanço científico da perspectiva das expectativas racionais acabou por tornar a análise de Hibbs obsoleta. De acordo com Fialho (1999), o artigo de Hibbs sofreu duras críticas por Beck (1982), que argumentou sobretudo o fato que o modelo de Hibbs é simplório ao desconsiderar a reação dos agentes privados às ações do governo e seus efeitos sobre as variáveis macroeconômicas. Assim, a incrementação da teoria “partidária” ficou encarregada à Alesina (1987), que chegou à conclusão que a ideologia dos partidos resulta em mudanças nas variáveis macroeconômicas na metade inicial do mandato. Na metade final do mandato, contudo, a adaptação dos agentes privados mediante às características do novo governo, com a introdução da proposição das expectativas racionais, faria com que as políticas do governo se neutralizassem e perdessem o efeito sobre as variáveis macroeconômicas reais. Os artigos supracitados ganharam extrema relevância rapidamente, e desde então vários artigos foram publicados com o objetivo de testar e analisar de maneira empírica as hipóteses em questão. Destacam-se Sakurai (2005), que encontrou evidências de aumento nas despesas orçamentárias nos anos eleitorais durante as eleições de 1992, 1996 e 2000 nos municípios de São Paulo. No mais, são encontradas evidências de que os eleitores premiam os incumbentes que aumentavam seus gastos conforme previsto pela literatura, o que não corrobora com a hipótese dos eleitores racionais de Rogoff e Sibert (1988).

Nakaguma e Bender (2010) também fazem trabalho relevante na área, concluindo a existência dos ciclos políticos nos estados brasileiros no período de 2002-2010. A conclusão era de que era possível detectar a presença de ciclos políticos e de que os eleitores ainda premiavam tais manobras. Outra conclusão importante encontrada, contudo, era de que o oportunismo dos partidos foi se dissipando na análise histórica, sinalizando, segundo os autores, um avanço na capacidade do eleitor de distinguir e punir tais manobras, mostrando que os ciclos políticos são mais detrimenais e fortes em democracias jovens.

Quanto aos ciclos partidários, Sakurai (2009) encontra evidências de que a ideologia dos partidos influencia a forma com que o orçamento é alocado entre as diferentes funções. No mais, analisando a importância da Lei de Responsabilidade Fiscal, Sakurai encontra fortes indícios de recomposição, com algumas rubricas com menor poder de sinalização sendo preteridas: percebe-se uma expansão nos gastos de saúde e saneamento básico e uma diminuição nos gastos em cultura e educação e urbanismo e habitação, corroborando com a análise de Rogoff e Sibert (1988).

3 METODOLOGIA

Os resultados empíricos desta monografia, obtidos por meio da aplicação do estimador GMM SYSTEM - Método de Momentos Generalizados, levantam dúvidas sobre a influência do ciclo eleitoral sobre as despesas per capita dos municípios capixabas, com resultados que contradizem os principais pressupostos da literatura tradicional da área. Adicionalmente, a análise indica que a ideologia política dos partidos também desempenha um papel relevante, com municípios governados por partidos de esquerda apresentando padrões de gasto distintos em comparação com municípios de direita. Esses achados, como será detalhado nas seções seguintes, oferecem valiosos insights sobre a dinâmica política-orçamentária municipal capixaba e suas implicações para a gestão pública e a accountability democrática. O trabalho em questão foi dividido em duas partes: a primeira parte se dedicou à análise da evolução literária do tema dos ciclos políticos, com breve fundamentação teórica. A segunda parte do artigo será dedicada à análise quantitativa, com enfoque estatístico-econométrico, para se testar empiricamente os modelos listados e analisados na seção inicial bibliográfica. Inicialmente, para alcançar os objetivos relacionados ao modelo oportunista, de Nordhaus, seguindo Veiga e Veiga (2007), Sakurai e Menezes Filho (2008), usaremos o estimador GMM system (Método de Momentos Generalizados), proposto por Blundell e Bond (1998), ideal para tratar dados em painel com t curto e uma variável dependente persistente, que, conforme estudo da literatura, será o caso nessa análise. Para além da adequação a painéis com dimensão temporal reduzida e variáveis dependentes persistentes, o System GMM se destaca por sua capacidade intrínseca de mitigar o problema da endogeneidade: diferentemente de estimadores tradicionais de painel, o System GMM instrumenta as variáveis potencialmente endógenas – incluindo a variável dependente defasada e outros regressores – utilizando a própria estrutura dinâmica dos dados, empregando lags internos como instrumentos. Essa estratégia combina condições de momento baseadas em equações em primeiras diferenças e em níveis, permitindo não apenas controlar para efeitos fixos individuais não observados, mas também ganhar eficiência e consistência na estimação, mesmo diante da potencial correlação entre os regressores e o termo de erro. Ademais, o System GMM se mostra

particularmente vantajoso em contextos dinâmicos, como o das decisões orçamentárias municipais, onde a dependência temporal e a persistência das despesas – capturada pela inclusão da variável dependente defasada – são aspectos cruciais a serem modelados de forma robusta.

$$VF_{it} = \beta_1 ELEI_t + \beta_2 MANDATO_{it} + \beta_3 (ELEI_t \times MANDATO_{it}) + \beta_4 ESQ_i + \beta_5 DIR_i + c_i + \beta_6 CONTROLE_{it} + \epsilon_{it} \quad (1)$$

VF representa uma variável referente à política fiscal dos prefeitos em, respectivamente, i (municípios) e t (tempo). Utilizaremos as seguintes variáveis fiscais: valor total das despesas empenhadas; valor das despesas correntes empenhadas; valor das despesas de capital empenhadas. Os parâmetros β_1 , β_2 e β_3 captam os efeitos relacionados aos ciclos políticos oportunistas, enquanto β_4 e β_5 representam os efeitos da ideologia partidária. A variável $ELEI_t$ é uma dummy que assume valor 1 se o ano t é um ano de eleição, e 0 caso contrário. O parâmetro β_1 capta o efeito do ano eleitoral, condicional ao político não estar em seu primeiro mandato (ou seja, é o efeito de $ELEI_t$ quando $MANDATO_{it} = 0$). Espera-se que β_1 seja positivo, indicando que, em anos eleitorais, prefeitos em primeiro mandato tendem a aumentar os gastos, conforme a teoria dos ciclos políticos (Nordhaus, 1975). A variável $MANDATO_{it}$ é uma dummy que assume valor 1 se o incumbente está em seu primeiro mandato (portanto, apto à reeleição), e 0 caso contrário. O parâmetro β_2 representa o efeito do primeiro mandato em um ano não eleitoral (condicional a $ELEI_t = 0$). A interação entre as variáveis $ELEI_t$ e $MANDATO_{it}$ representa os governantes no fim de seu primeiro mandato em ano de eleição. Esperamos que o parâmetro β_3 , associado a essa interação, tenha sinal positivo, indicando que os governantes aptos à reeleição fazem uso de política fiscal expansionista nos anos de eleição, conforme a hipótese da literatura dos ciclos políticos (Rogoff e Sibert, 1988). O termo $CONTROLE_{it}$ representa um conjunto de variáveis de controle que visam captar outras características dos municípios que podem influenciar as decisões fiscais, como tamanho da população, pirâmide etária e indicadores socioeconômicos.

Para o teste do modelo partidário, serão aplicadas dummies para representação da ideologia partidária do prefeito. A variável ESQ_i representa a ideologia de esquerda do município i , enquanto DIR_i representa a ideologia de direita. Espera-se que o parâmetro β_4 tenha sinal positivo, corroborando com a teoria dos ciclos políticos partidários, que postula que partidos de esquerda têm incentivos a fazer política fiscal expansionista (Hibbs, 1977). Do parâmetro β_5 , opostamente, é esperado ter sinal negativo, indicando que os políticos de partidos de direita têm incentivos a fazer políticas contracionistas, privilegiando a estabilidade monetária. Os partidos de centro não são representados por nenhum parâmetro para evitar a “armadilha da variável dummy- multicolinearidade perfeita dos

parâmetros.

A variável c_i representa os efeitos fixos do município i , captando características não observáveis específicas de cada localidade, e ϵ_{it} representa o termo de erro idiossincrático.

A ideologia dos partidos será delimitada conforme o estudo de Tarouco e Madeira (2013), seguindo o trabalho de Guerra et al (2018). Serão assumidos como partidos de direita: PFL (DEM), PL, PSD, PSL, PPB, PPR e PP; consideramos como partidos de centro PMDB, PSDB, PTB; finalmente, como partidos de esquerda, temos: PT, PDT, PSB, PPS, PV, PMN e PCB.

Quanto aos dados utilizados neste trabalho, temos que os dados referentes à variáveis fiscais das prefeituras do Estado do Espírito Santo foram retirados da Secretaria do Tesouro Nacional, no sistema Siconfi, e todos foram corrigidos pelo IPCA anual. Os dados eleitorais foram retirados do TSE.

Para formar o controle da equação, temos o número de matriculados nas escolas das cidades do Estado do Espírito Santo. Este dado aparece como uma proxy para o número de crianças e adolescentes nessas cidades, e foi retirado do EducaCenso, que é promovido pelo INEP. O mesmo se aplica ao número de aposentados, que foi utilizado como proxy para o número de idosos. Os dados foram retirados do Ministério da Previdência Social. A utilização do número de jovens e de idosos é amplamente apoiada pela recente literatura do tema, e tem como objetivo capturar variações nos serviços demandados em cada cidade (Brender e Drazen, 2005; Rose, 2006; Sakurai e Menezes Filho, 2011; Veiga e Veiga, 2007; Klein e Sakurai, 2015). O tamanho da População também foi incluído neste trabalho com o mesmo objetivo, e a fonte dos dados é o IBGE. À seguir, a Tabela 1 apresenta as estatísticas descritivas das principais variáveis utilizadas na análise, incluindo as variáveis de controle e as variáveis dependentes (per capita).

Tabela 1 – Estatísticas Descritivas

Variável	Média	Desvio Padrão
DESPESAS EMPENHADAS	3649.55	5693.20
DESPESAS DE CAPITAL	373.69	573.95
DESPESAS CORRENTES	2900.19	2285.45
ANO ELEITORAL	0.25	0.44
PIB PER CAPITA	27 870.0	60 412.1
POPULAÇÃO	50 397.03	95 498.24
PRIMEIRO MANDATO	0.79	0.41
PRIMEIRO MANDATO X ANO ELEITORAL	0.20	0.40
DIREITA	0.13	0.34
ESQUERDA	0.38	0.48
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	3759.47	3556.10
MATRICULADOS	7365.14	13 483.78
APOSENTADOS	4545.00	7465.22

Fonte: Elaboração própria.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção serão apresentados os resultados das estimações dos modelos econométricos, bem como as conclusões que podemos retirar dos valores dos coeficientes das principais variáveis de estudos. No modelo Oportunista, de Nordhaus, observaremos principalmente as variáveis de Ano Eleitoral x Primeiro Mandato, bem como a variável de Ano Eleitoral e a variável de Primeiro Mandato. Para o modelo partidário, observaremos as variáveis Direita e Esquerda, representando o partido dos prefeitos eleitos e de que maneira podemos ponderar sua influência na administração fiscal dos municípios.

É nesse sentido que analisaremos a tabela 2, representando o resultado das estimações do GMM-System para as variáveis fiscais escolhidas, sendo elas o valor total das Despesas Totais Empenhadas per capita, o valor das Despesas Correntes Empenhadas per capita e o valor das Despesas de Capital Empenhadas per capita. Despesas empenhadas são aquelas que já foram comprometidas pelo governo por meio do empenho, garantindo o pagamento futuro ao fornecedor de bens ou serviços. Despesas correntes englobam gastos necessários para a manutenção dos serviços públicos, como salários, materiais de consumo e pagamento de juros da dívida. Despesas de capital referem-se a investimentos e aquisição de bens duráveis, como obras públicas e compra de equipamentos. A fim de mitigar preocupações de endogeneidade, o modelo GMM-System foi estimado utilizando como instrumentos os lags de primeira a quarta ordem tanto da variável dependente quanto das transferências da União per capita. Essa estratégia, em linha com a abordagem de Blundell e Bond (1998), explora a dinâmica interna dos dados para construir instrumentos válidos e relevantes, enquanto o teste de Sargan/Hansen avalia a exogeneidade do conjunto de instrumentos. Cabe ressaltar que os modelos todos passaram pelo teste de Sargan (p valor >0.05), atestando a validade dos instrumentos; bem como os testes de autocorrelação dos resíduos de primeira e segunda ordem, atendendo às suposições principais do modelo. Os números em parênteses se referem ao erros padrão robustos de Windmeijer (2005).

Tabela 2 – Resultados Comparativos de Modelos GMM System para Diferentes Variáveis Dependentes Per Capita Reais (com Testes de Diagnóstico)

	Despesas Empenhadas	Despesas de Capital	Despesas Correntes
Lag Variável Dependente	0.013*** (0.000)	0.342*** (0.003)	0.362*** (0.001)
Ano Eleitoral	169.447*** (17.269)	24.917 (5.709)	95.217** (12.943)
Primeiro Mandato	−92.430*** (3.408)	−68.305*** (2.312)	34.861* (5.314)
Primeiro Mandato x Ano Eleitoral	−145.662** (17.806)	−8.467 (6.876)	−91.902* (14.885)
PIB Per Capita	−16.884*** (0.011)	−0.821*** (0.022)	−9.339*** (0.016)
Direita	−4.453 (16.257)	−16.966 (6.555)	10.265 (10.106)
Esquerda	63.466* (7.629)	6.352 (3.518)	48.539** (6.228)
Lag Transf. União Per Capita	0.382*** (0.001)	0.150*** (0.000)	0.108*** (0.001)
Matriculados (Total)	0.002* (0.001)	−0.001*** (0.000)	0.003** (0.001)
Aposentados (Total)	0.010*** (0.001)	−0.008*** (0.000)	0.012*** (0.001)
Receita Total	0.614*** (0.001)	−0.048*** (0.001)	0.448*** (0.001)
População	0.000 (0.000)	0.001*** (0.000)	−0.001*** (0.000)
Testes de Diagnóstico			
Num.Obs.	614	614	614
Sargan (p-valor)	0.146	0.128	0.121
AR(1) (p-valor)	0.158	0.091	0.150
AR(2) (p-valor)	0.452	0.460	0.246

Notas: Níveis de Significância: *** p=0,1%; ** p=1%; * p=5%; + p=10%.

A variável Ano Eleitoral apresenta resultados positivos e significativos para as Despesas Empenhadas e Despesas Correntes, com aumentos de 4 % e 3 % do valor médio das variáveis, respectivamente. Isso significa que prefeitos no segundo mandato aumentam as despesas no ano eleitoral. Por sua vez, a variável de Primeiro Mandato apresenta coeficientes significativos e negativos para Despesas Empenhadas, com diminuição de 2.5 %, e Despesas de Capital, com diminuição de 18 % do valor. Para Despesas Correntes, contudo, o coeficiente é positivo e significativo (aumento de 1 %). Por último, a variável que representa a interação entre Primeiro Mandato x Ano Eleitoral apresenta sinais negativos e significativos para Despesas Empenhadas (diminuição de 3 %) e Despesas Correntes

(diminuição de 3%), mas não significativa para Despesas de Capital..

Os resultados supracitados podem ser contraintuitivos com a teoria dos ciclos políticos, mas alguns fatores podem ser apontados como razões. O contexto institucional brasileiro é um bom ponto de partida. Conforme Klein e Sakurai (2013), a lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei Eleitoral são fatores importantes nesse sentido. A lei Eleitoral (lei 9504, 1997), apresenta diversos gatilhos para dificultar o oportunismo eleitoral, como o impedimento de que prefeitos (ou outros entes executivos), nos últimos três meses que precedem o pleito, façam novas nomeações de servidores públicos (art. 73), contratem shows artísticos com dinheiro público (art. 75) ou participem de inaugurações de obras públicas (art. 77); a lei também veda as transferências voluntárias da União para os estados, e de ambos para as prefeituras, nos últimos três meses antes do pleito, e limita aumentos salariais de servidores públicos nos últimos seis meses antes do pleito.

Outro avanço institucional que coíbe o oportunismo eleitoral é a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que, ao instituir um arcabouço normativo robusto para a gestão fiscal no Brasil, introduziu mecanismos cruciais para mitigar as práticas oportunistas em períodos eleitorais. A LRF, por meio de seus pilares de planejamento, transparência e controle, impõe restrições significativas à discricionariedade dos gestores públicos na condução das finanças municipais, especialmente em anos eleitorais. A exigência de instrumentos de planejamento fiscal, como o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), formaliza e disciplina o processo orçamentário, reduzindo a margem para decisões improvisadas e eleitoreiras. Ademais, o aumento da transparência fiscal, com a obrigatoriedade de divulgação de relatórios detalhados e o fortalecimento do controle social, eleva o custo político de práticas fiscais oportunistas, expondo os gestores ao escrutínio público (aumentando a capacidade dos eleitores para punir medidas oportunistas) e limitando sua capacidade de manipular os gastos para fins eleitorais sem consequências negativas. Por fim, o estabelecimento de limites para despesas com pessoal e endividamento, acompanhado de mecanismos de controle e sanções, restringe materialmente a capacidade dos prefeitos de expandir gastos de forma irresponsável em busca de ganhos eleitorais de curto prazo, introduzindo um elemento de disciplina fiscal que, em teoria, modera o ciclo político oportunista e promove uma gestão mais responsável e sustentável das finanças municipais.

Adicionalmente, a literatura também destaca a experiência dos eleitores como um fator relevante, capaz de influenciar as decisões orçamentárias dos políticos. Inicialmente, prevaleceu o entendimento de que os ciclos políticos seriam um fenômeno restrito a países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, tese que encontrou respaldo em diversos estudos (Peltzman, 1992; Alesina, Perotti e Tavares, 1997). Enquanto os estudos supracitados argumentavam, principalmente, que eleitores em países desenvolvidos seriam fiscalmente conservadores”, ignorando políticas e resultados de atividade econômica decorrentes de

decisões fiscalmente oportunistas, e que, portanto, políticos nesses países não teriam incentivo para tais atitudes, Brender e Drazen (2003) demonstraram em seu estudo que o fenômeno, na verdade, não decorre do nível de desenvolvimento de um país, mas sim da experiência dos eleitores: Os resultados obtidos por Brender e Drazen (2003) indicam que ciclos políticos são mais prevalentes em democracias novas” – ou em democracias em processo de consolidação –, onde o eleitorado, menos experiente, demonstra menor capacidade de discernir políticas oportunistas e seus malefícios de longo prazo. Em contrapartida, em democracias “consolidadas”, eleitores mais experientes e bem informados se mostram mais aptos a identificar e punir políticos com práticas oportunistas. Aplicando essa perspectiva ao presente estudo, é possível interpretar os resultados dos coeficientes das regressões à luz da experiência do eleitorado brasileiro. Embora o Brasil (e, por conseguinte, o estado do Espírito Santo) sejam classificados como países em desenvolvimento – ou economias emergentes –, a democracia brasileira, consolidada há mais de 40 anos desde a redemocratização, pode ser considerada relativamente madura, com um eleitorado mais experiente e menos suscetível a manipulações oportunistas de curto prazo. Esse resultado também está em consonância com Nakaguma e Bender (2010), que, analisando os estados brasileiros no período de 2002 a 2010, encontrou uma forte tendência de diminuição do oportunismo e ressaltando o papel da consolidação da democracia no Brasil nesse processo.

Diante das limitações impostas pelas instituições brasileiras e da maior experiência e informação do eleitorado capixaba, os gestores públicos podem optar por diluir a sinalização de competência ao longo de todo o primeiro mandato, em vez de concentrá-la no período pré-eleitoral. Essa estratégia justificaria o sinal positivo observado para o coeficiente da variável “Primeiro Mandato” nas Despesas Correntes, e o sinal negativo para o termo de interação “Ano Eleitoral x Primeiro Mandato”. Adicionalmente, o sinal positivo encontrado para o coeficiente da variável “Ano Eleitoral” pode ser atribuído à ausência de incentivos para o conservadorismo fiscal por parte de prefeitos em segundo mandato. Sem a perspectiva de reeleição, gestores em último mandato podem demonstrar menor preocupação em manter as variáveis fiscais sob controle, adotando um comportamento orçamentário distinto daqueles em primeiro mandato. Essa distinção se justifica pois, em um segundo mandato, os gestores não necessitam sinalizar competência administrativa para fins eleitorais, tampouco reservar recursos para um possível mandato subsequente.

Quanto ao modelo partidário, temos que o coeficiente “Direita” não foi significativo em nenhuma das estimações. Isso pode ser explicado pelo fato de que só foram encontrados prefeitos de direita em 13 % das prefeituras, representando um número de observações pequeno. O coeficiente de esquerda, por sua vez, foi positivo e significativo nas regressões de Despesas Empenhadas (1 %) e Despesas Correntes (3 %). O resultado segue o referencial teórico de que políticos de esquerda teriam incentivos para fazer políticas fiscais

expansionistas.

Quanto às outras variáveis de controle, temos que o PIB per Capita, utilizado como proxy para o nível de desenvolvimento do município, é significativo e negativo em todas as estimações. O resultado pode ser atribuído ao fato de que cidades menos desenvolvidas e mais pobres demandam mais serviços públicos e um maior gasto. O lag das transferências da União per Capita também tem sinal positivo e significativo para os três modelos, representando um aumento na capacidade de gastos dos municípios. Já o coeficiente de Receita Total indica que o aumento da receita impulsiona as Despesas Empenhadas e Correntes, sugerindo maior capacidade de gasto operacional. Contudo, a relação inversa com as Despesas de Capital levanta dúvidas sobre as prioridades de investimento, indicando que maior receita nem sempre se traduz em mais infraestrutura.

A título de teste de robustez, seguindo Klein e Sakurai (2013), foram estimados modelos de efeitos fixos e efeitos aleatórios (com e sem lag da variável dependente) para as três variáveis dependentes estudadas. Os resultados são apresentados nas tabelas 3, 4 e 5 a seguir.

Tabela 3 – Despesas Correntes

	RE	RE	FE	FE	GMM
Lag	0.176*** (0.032)		0.155*** (0.032)		0.362*** (0.001)
Ano Eleitoral	147.722 (129.306)	120.080 (127.957)	117.198 (120.871)	98.167 (123.277)	95.217** (12.943)
Primeiro Mandato	-95.723 (74.528)	-121.390 (76.847)	-72.257 (82.354)	-102.480 (83.789)	34.861* (5.314)
Ano Eleitoral x Primeiro	-92.960 (145.126)	-80.082 (143.706)	-39.749 (135.436)	-36.233 (138.205)	-91.902* (14.885)
Pib Per Capita	-13.953*** (1.063)	-15.760*** (1.065)	-18.733*** (1.148)	-19.364*** (1.163)	-9.339*** (0.016)
Direita	-76.250 (78.958)	-59.110 (85.419)	-18.042 (107.640)	-11.839 (109.835)	10.265 (10.106)
Esquerda	-4.798 (57.103)	-12.415 (61.689)	-68.493 (77.671)	-76.122 (79.243)	48.539** (6.228)
lag(Transferências da União)	0.002 (0.026)	0.111*** (0.017)	-0.033 (0.028)	0.071*** (0.018)	0.108*** (0.001)
Matriculados	0.003 (0.003)	0.002 (0.003)	-0.001 (0.004)	-0.001 (0.004)	0.003** (0.001)
Aposentados	0.016+ (0.009)	0.019+ (0.010)	0.046 (0.046)	0.045 (0.047)	0.012*** (0.001)
Receita Per Capita	0.719*** (0.026)	0.736*** (0.027)	0.611*** (0.035)	0.642*** (0.035)	0.448*** (0.001)
População	-0.001 (0.001)	-0.001 (0.001)	-0.002 (0.015)	-0.002 (0.015)	-0.001*** (0.000)
(Intercept)	79.457 (91.931)	182.121 (96.136)			
Teste AR(1) (p-valor)					0.150
Teste AR(2) (p-valor)					0.246
Teste de Sargan (p-valor)					0.121
Num.Obs.	614	614	614	614	614
R2	0.926	0.899	0.608	0.591	
R2 Adj.	0.924	0.897	0.541	0.522	
AIC	9672.5	9659.2	9495.5	9519.5	
BIC	9734.3	9716.7	9552.9	9572.6	
RMSE	623.19	617.52	540.43	552.01	

Notas: Níveis de Significância: *** p=0,1%; ** p=1%; * p=5%; + p=10%.

Tabela 4 – Despesas de Capital

	RE	RE	FE	FE	GMM
Lag	0.130*** (0.036)		0.002 (0.036)		0.342*** (0.003)
Ano Eleitoral	147.167* (66.122)	132.057* (65.204)	117.134* (59.643)	116.922* (59.492)	24.917 (5.709)
Primeiro Mandato	-13.291 (38.025)	-16.357 (38.472)	19.217 (40.526)	19.087 (40.436)	-68.305*** (2.312)
Ano Eleitoral x Primeiro	-113.642 (74.228)	-101.433 (73.226)	-82.191 (66.826)	-82.003 (66.697)	-8.467 (6.876)
PIB per capita	-3.856*** (0.541)	-4.567*** (0.535)	-7.669*** (0.579)	-7.678*** (0.561)	-0.821*** (0.022)
Direita	-29.760 (40.326)	-19.917 (41.970)	53.507 (53.083)	53.614 (53.005)	-16.966 (6.555)
Esquerda	30.649 (29.207)	40.940 (30.337)	50.023 (38.320)	50.136 (38.242)	6.352+ (3.518)
Lag(Transferência União)	0.037*** (0.010)	0.053*** (0.008)	0.021*** (0.010)	0.021*** (0.009)	0.150*** (0.000)
Matriculados	0.000 (0.002)	0.000 (0.002)	0.000 (0.002)	0.000 (0.002)	-0.001*** (0.000)
Aposentados	-0.007 (0.004)	-0.008+ (0.005)	-0.014 (0.023)	-0.014 (0.023)	-0.008*** (0.000)
Receita per capita	0.137*** (0.014)	0.147*** (0.014)	0.105*** (0.017)	0.105*** (0.017)	-0.048*** (0.001)
População	0.001 * (0.000)	0.001* (0.000)	0.008 (0.007)	0.008 (0.007)	0.001*** (0.000)
Intercept	241.600 *** (46.513)	-285.680 *** (48.525)			
Teste AR(1) (p-valor)					0.123
Teste AR(2) (p-valor)					0.456
Teste de Sargan (p-valor)					0.128
Num.Obs.	614	614	614	614	614
AIC	8847.53	8831.46	8626.82	8624.826	
BIC	8909.41	8888.92	8684.28	8677.86	
RMSE	318.33	314.70	266.40	266.40	

Notas: Níveis de Significância: *** p=0,1%; ** p=1%; * p=5%; + p=10%.

Tabela 5 – Despesas Totais

	RE	RE	FE	FE	GMM
Lag	0.006 (0.040)		−0.120* (0.043)		0.013*** (0.000)
Ano Eleitoral	−85.360 (1024.661)	−88.561 (1023.606)	−191.458 (1031.939)	−135.746 (1038.384)	169.447*** (17.269)
Primeiro Mandato	184.383 (589.041)	185.053 (588.545)	−304.671 (701.472)	−256.120 (705.768)	−92.430*** (3.408)
Ano Eleitoral x Primeiro	−443.387 (1150.443)	−444.790 (1149.471)	−361.527 (1156.759)	−324.413 (1164.125)	−145.662** (17.806)
Pib per Capita	−21.329*** (8.277)	−21.443** (8.235)	−12.889 ** (9.736)	−12.628*** (9.798)	−16.884*** (0.011)
Direita	−35.480 (625.727)	−34.048 (625.146)	932.040 (920.047)	824.770 (925.157)	−4.453 (16.257)
Esquerda	470.045 (453.206)	473.203 (452.349)	1163.537+ (664.886)	1031.997 (667.478)	63.466* (7.629)
lag(Transferências da União)	0.314*** (0.134)	0.318*** (0.131)	0.447** (0.152)	0.351*** (0.149)	0.382*** (0.001)
Receita Per Capita	0.797*** (0.209)	0.799*** (0.209)	0.611* (0.291)	0.551 (0.292)	0.614*** (0.001)
Aposentados	−0.017 (0.068)	−0.018 (0.068)	0.094 (0.390)	0.102 (0.393)	0.010*** (0.001)
Matriculados	0.021 (0.027)	0.022 (0.027)	0.020 (0.037)	0.017 (0.037)	0.002*** (0.001)
População	−0.002 (0.006)	−0.002 (0.006)	0.003 (0.128)	0.003 (0.129)	0.000 (0.000)
(Intercept)	−129.944 (710.291)	−128.572 (709.656)			
Teste AR(1) (p-valor)					0.15
Teste AR(2) (p-valor)					0.45
Teste de Sargan (p-valor)					0.14
Num.Obs.	614	614	614	614	614
AIC	12214.99	12213.01	12129.33	12136.38	
BIC	12276.87	12270.47	12186.79	12189.42	
RMSE	4940.972	4941.065	4615.595	4649.723	

Notas: Níveis de Significância: *** p=0,1%; ** p=1%; * p=5%; + p=10%.

Os resultados mostram que a nossa variável de estudo principal, Ano Eleitoral x Primeiro Mandato, manteve o sinal do seu coeficiente igual em todas as estimativas. As variáveis referentes à ideologias dos partidos não foram significativas em nenhuma das outras estimações. No mais, temos que os resultados divergiram entre si e comparados ao GMM-System, mas, conforme dito anteriormente, seguindo o consenso da literatura vigente, manteremos as estimativas provenientes do GMM-System.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a influência dos ciclos políticos (oportunistas e partidários) nas decisões fiscais dos municípios do Espírito Santo. Os resultados

obtidos através da estimação do GMM-System para diferentes variáveis fiscais revelaram insights importantes sobre o comportamento dos gestores públicos e a dinâmica da política fiscal em nível local.

Em relação ao modelo oportunista, observou-se que a variável Ano Eleitoral apresentou resultados positivos e significativos para as Despesas Empenhadas e Despesas Correntes, indicando um aumento nos gastos em anos eleitorais, o que, a princípio, corrobora a teoria dos ciclos políticos. No entanto, a análise mais aprofundada revelou que a Lei de Responsabilidade Fiscal e a legislação eleitoral parecem mitigar o oportunismo eleitoral, limitando a discricionariedade dos prefeitos e incentivando uma gestão fiscal mais responsável. A interação entre “Primeiro Mandato” e “Ano Eleitoral” apresentou sinais negativos, sugerindo que gestores em busca da reeleição podem diluir a sinalização de competência ao longo do mandato, em vez de concentrá-la no período pré-eleitoral.

No que tange ao modelo partidário, os resultados indicaram que a ideologia dos partidos pode influenciar as decisões fiscais, com partidos de esquerda tendendo a adotar políticas fiscais expansionistas. Contudo, a falta de significância do coeficiente da variável “Direita” levanta questionamentos sobre a influência da ideologia de direita na gestão fiscal dos municípios analisados.

Esses resultados sugerem que, embora os ciclos políticos possam influenciar as decisões fiscais, o contexto institucional brasileiro e a experiência do eleitorado capixaba desempenham um papel importante na moderação do oportunismo eleitoral e na promoção de uma gestão fiscal mais transparente e responsável. A Lei de Responsabilidade Fiscal, ao impor restrições e aumentar a transparência, limita a capacidade dos gestores de manipular os gastos para fins eleitorais. Além disso, a experiência do eleitorado capixaba, consolidada ao longo de décadas de democracia, pode torná-lo menos suscetível a manipulações oportunistas de curto prazo.

É importante reconhecer que este estudo apresenta algumas limitações. A análise se concentra nos municípios do Espírito Santo, o que pode limitar a generalização dos resultados para outros contextos. Além disso, a utilização de proxies para algumas variáveis pode introduzir vieses e imprecisões.

Para pesquisas futuras, sugere-se a realização de estudos comparativos com outros estados brasileiros, a fim de verificar se os resultados encontrados no Espírito Santo são replicáveis em outros contextos. Ademais, seria interessante aprofundar a análise da influência da Lei de Responsabilidade Fiscal e da legislação eleitoral no comportamento dos gestores públicos, bem como investigar o papel da experiência e informação do eleitorado na moderação dos ciclos políticos.

Em suma, este estudo contribui para o debate sobre os ciclos políticos e a gestão fiscal nos municípios brasileiros, oferecendo insights importantes sobre o comportamento

dos gestores públicos e a dinâmica da política fiscal em nível local. Ao evidenciar a importância do contexto institucional e da experiência do eleitorado, este trabalho ressalta a necessidade de políticas públicas que promovam a transparência, a responsabilidade fiscal e a participação cidadã na gestão dos recursos públicos.

6 REFERÊNCIAS

ALESINA, Alberto. (1987). “Macroeconomic policy in a two-party system as a repeated game”, *Quarterly Journal of Economics*, v. 102, p. 651-678, 1987.

ALESINA, Alberto; PEROTTI, Roberto; TAVARES, Jose. “The Political Economy of Fiscal Adjustments.” *Brookings Papers on Economic Activity*, no. 1: 197-266. 1999.

BLUNDELL, Richard; BOND, Stephen. “Initial conditions and moment restrictions in dynamic panel data models.” *Journal of Econometrics*, v. 87, p. 115–143, 1998.

BECK, Nathaniel. “Parties, administrations and American macroeconomic outcomes”, *American Political Science Review*, v. 26, p. 83-94, 1982.

FIALHO, T. M. M. “Ciclos políticos: uma resenha.” *Revista de Economia Política*, v. 19, n. 2, p. 74, 1999.

GUERRA, Daniel et al. “Os ciclos político-econômicos e os Gastos dos Estados do Brasil: 1995-2013”, *Revista de Ciências Sociais*, p. 695-734, 2018.

HIBBS, Douglas. “Political parties and macroeconomic policy”, *American Political Science Review*, v. 71, p. 1467-1497, 1977.

KLEIN, Fábio Alvim; SAKURAI, Sergio Naruhiko. “Term limits and political budget cycles at the local level: Evidence from a young democracy.” *European Journal of Political Economy* 37: 149-162. 2015.

NAKAGUMA, Marcos Yamada; BENDER, Siegfried. “Ciclos políticos e resultados eleitorais: um estudo sobre o comportamento do eleitor brasileiro.” *Revista Brasileira de Economia*, v. 64, p. 3-24, 2010.

NORDHAUS, William D. “The political business cycle.” *The Review of Economic Studies*, v. 42, n. 2, p. 169-190, 1975.

NORDHAUS, William D. “Alternative Approaches to the Political Business Cycle.” *Brookings Papers on Economic Activity*, v. 2, p. 1-50, 1989.

PELTZMAN, Sam. “Voters as fiscal conservatives.” *The American Economic Review*, v. 82, n. 2, p. 327–341, 1992.

ROGOFF, Kenneth; SIBERT, Anne. “Elections and macroeconomic policy cycles.” *The Review of Economic Studies*, v. 55, n. 1, p. 1-16, 1988.

SAKURAI, Sergio Naruhiko. “Testando a hipótese de Ciclos Eleitorais Racionais nas Eleições dos Municípios Paulistas.” *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 297-315, abr./jun. 2005.

SAKURAI, Sergio Naruhiko. “Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos mu-

nicípios brasileiros: uma análise para o período 1990-2005 via dados em painel.” *Estudos Econômicos* (São Paulo), v. 39, p. 39-58, 2009.

SAKURAI, Sergio Naruhiko; MENEZES-FILHO, Naercio Aquino. “Fiscal policy and reelection in Brazilian municipalities.” *Public Choice*, v. 137, p. 301-314, 2008.

TAROUCO, Gabriela; MADEIRA, Rafael M. “Os Partidos Brasileiros Segundo seus Estudiosos: Análise de um Expert Survey.” *Civitas*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 25-39, 2015.

VEIGA, Linda Gonçalves; VEIGA, Francisco José. “Political business cycles at the municipal level.” *Public Choice*, v. 131, p. 45-64, 2007.